



conferência nacional de economia da saúde

Lisboa de 13 a 15 de Outubro, 2011

Fundação Calouste Gulbenkian

<http://12cnes.apes.pt>

Efeitos do programa saúde da família sobre a taxa de mortalidade infantil nos municípios cearenses (Brasil) em modelos de equações reduzidas

Edilmar C. Lima¹, Ricardo B. Soares¹, Marcelo G. Silva¹

¹Doutorado em Saúde Coletiva, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brazil

Contact: marcelo.gurgel@uece.br

Objectivos (Objectives): Investigar os efeitos do Programa Saúde da Família (PSF) na taxa de mortalidade infantil (TMI) e nos seus principais determinantes (ou condicionantes) intermediários (ausência de pré-natal, ausência de aleitamento materno e desnutrição infantil), em municípios do estado do Ceará (Brasil), pioneiros na utilização desta política.

Metodologia (Methodology): Utilizaram-se modelos de regressões multivariadas e ecológicas de equações reduzidas para: i) o índice de mortalidade infantil (TMI), ii) o percentual de nascidos vivos sem pré-natal, iii) o percentual de crianças com aleitamento materno exclusivo até quatro meses, e iv) a taxa de desnutrição infantil. A utilização de equações reduzidas permite o cálculo do efeito direto de cada fator socioeconômico ou de política nesta cadeia de eventos que pode levar ao desfecho trágico da mortalidade infantil, e desta forma, pode-se demonstrar em que passagem da vida infantil cada variável explicativa tem um efeito mais relevante.

Resultados (Results): As médias municipais para as variáveis dos modelos comprovam o quadro deficitário do estado do Ceará com respeito às condições socioeconômicas e de estrutura de saúde. Apesar deste quadro deficitário nas condições socioeconômicas e de estrutura de saúde, a média das TMI para os municípios cearenses não está muito acima da média nacional, e pode ainda indicar que um fator compensador das condições socioeconômicas que pode estar impulsionando esta melhora relativa da TMI do Ceará é a própria intensidade do PSF no Estado. De maneira geral, foi possível perceber a partir da análise dos resultados dos modelos de equações reduzidas que a inclusão da TMI defasada (1994-98) não modificou substancialmente os coeficientes das variáveis explicativas, o que sugere que a endogeneidade da política pode não ser um problema aqui. Verificou-se que a maioria das variáveis socioeconômicas teve efeitos significativos apenas em um ou outro modelo, o que reforça o uso de equações estruturais para analisar os determinantes da TMI. Dentre estas variáveis, destaca-se apenas a variável educacional que mostrou robustez em afetar pré-natal, desnutrição e a própria TMI. À exceção do modelo de aleitamento materno, esta variável foi estatisticamente significativa para todos os outros e teve o seu efeito direcional como esperado, ou seja, sobre a desnutrição infantil ela exerce efeito direto, denotando que o acréscimo de um ponto percentual na taxa de mulheres analfabetas acarreta um aumento em média de 2,3% na taxa de desnutrição em crianças. Efeito parecido é encontrado em relação a influência desta variável sobre o Pré-Natal e a TMI. Na primeira o impacto é mais expressivo ao indicar que o aumento de um ponto percentual na taxa de analfabetismo acarreta em média o acréscimo de aproximadamente 3,5% na ausência de Pré-Natal e 1,3% na taxa de mortalidade infantil. Com relação à política do PSF, medida pelo volume de transferências per capita, observou-se um efeito significativo em todas as variáveis endógenas. Mais especificamente foram calculadas elasticidades iguais a -0.30, 0.08, -0.11 e - 0.13, para pré-natal, aleitamento materno, desnutrição e TMI respectivamente, o que demonstra a eficácia da política em combater a mortalidade infantil em qualquer estágio do desenvolvimento infantil.

Conclusões (Conclusions): O PSF mostrou ser um importante inibidor da TMI entre os municípios do Ceará, tendo respostas satisfatórias tanto nos comportamentos inibidores do risco de morte, como no próprio risco em si, havendo, dessa forma, a necessidade de que seus efeitos estimados possam ser considerados para critérios de custos e benefícios na hora de se repassar recursos para os municípios.